# Mapeamento comunitário: geo-grafando para a resistência

A geografia é uma disciplina associada à “simples” confecção de mapas, entendidos, em termos gerais, como um retrato fiel da realidade, e não como uma representação criada a partir de um determinado ponto de vista. Por outro lado, mas fazendo parte do mesmo conjunto, para os Estados e o capital, a Geografia sempre havia sido considerada um saber estratégico para “fazer a guerra”. Segundo o geógrafo radical Lacoste, isso ia muito além do sentido estrito de “dirigir operações militares”: o conhecimento sobre o espaço se associava à política em um sentido mais amplo, sendo essencial para conhecer, organizar e controlar o espaço e a população sobre os quais o aparato do Estado exerce sua autoridade. A análise de Lacoste nos indica que o papel da Geografia para o fortalecimento dos Estados e das empresas foi além do conhecimento estratégico: a partir de sua institucionalização (como disciplina acadêmica e escolar no século XIX), a Geografia passou a cumprir um papel fundamental no processo de legitimar, nos imaginários coletivos, o monopólio do Estado como ordenador do território.

Essa perspectiva ocultava um olhar total sobre o espaço, gerando duas consequências distintas, mas estreitamente vinculadas. Por um lado, naturalizava as configurações espaciais como fatos dados (as fronteiras nacionais e as divisões político-administrativas dentro dos Estados, por exemplo), como se a conformação dos espaços não fosse um processo político, simultâneo ao próprio processo de organização de uma sociedade. Por outro, essa ocultação é responsável pela criação de um determinado imaginário coletivo que naturalizou o vínculo inerente do território ao Estado, como se outros grupos ou coletivos não fossem também atores que se apropriam e criam espaços, sendo, portanto, agentes legítimos de ordenamento de seus próprios espaços de vida e reprodução.

Esse poderoso imaginário coletivo começa a ser mais questionado a partir dos anos 1970 (e mais fortemente nas décadas seguintes), tanto no âmbito acadêmico (para o qual a obra de Lacoste foi essencial) quanto pelos próprios movimentos sociais que começam a se organizar a partir de então, com base em novas estratégias discursivas. Os movimentos indígenas e afro impulsionaram uma mobilização pelo reconhecimento da diversidade cultural, o que trouxe à tona o fato de que os Estados nacionais, longe de ter uma unidade cultural e territorial homogênea, são formados por muitas particularidades culturais que eram sistematicamente atropeladas pelo ordenamento territorial estatal, criticado como um desordenamento das formas de vida dos distintos povos. Baseados em uma análise crítica do modelo de Estado hegemônico, esses grupos questionam a naturalização da associação direta entre Estado, nação e território, buscando desfazer esse mito fundador da chamada “Modernidade”.

Articulados em torno de demandas por território e autonomia, esses movimentos explicitaram a existência de formas diversas de apropriação e uso do território, assim como de maneiras distintas de se relacionar com a natureza, de se organizar política e economicamente, e tentaram, através de suas lutas, forçar o Estado a reconhecer suas diferentes geografias. Suas demandas confrontavam diretamente o modelo de desenvolvimento e de organização social da colonialidade, propondo uma ruptura com o poder emanado dela, mas também com os saberes que a servem, propondo

transformações políticas, epistêmicas e territoriais.

Talvez o caso das organizações indígenas latino-americanas (principalmente no Equador, na Bolívia, no México e na Colômbia) seja o mais emblemático em relação à mudança de discurso sobre esse imaginário. Ao politizar sua identidade e considerar como ponto central sua condição étnica como diferentes, os até então autoidentificados como camponeses mudarão radicalmente seus discursos e suas estratégias. Assim, a antiga luta pela terra foi ampliada e transformada em luta por território, autodeterminação e autonomia. Contudo, a denúncia relacionada à diversidade cultural (e suas respectivas territorialidades) dentro do Estado-nação não se restringe ao movimento indígena, pois setores urbanos, negros, camponeses, extrativistas (é o caso dos seringueiros no Brasil) entre outros, também foram se articulando a partir dos 80, com base em um discurso que reconhece e respeita as reivindicações por autonomia territorial no seio dos Estados nacionais.

Em diálogo constante com esses movimentos e com as ciências políticas, a Geografia também passou por um período de se repensar criticamente, a partir do qual a suposta neutralidade da produção acadêmica e escolar começou a ser questionada. A “nova Geografia” da escola brasileira, encabeçada por Milton Santos, Carlos Walter Porto Gonçalves ou Rogério Haesbaert, ampliou sua compreensão do político e do território, cujo entendimento deixou de estar vinculado exclusivamente ao Estado. O território e as relações de poder passaram a ser entendidos a partir de uma perspectiva mais ampla, através dos múltiplos sujeitos envolvidos no espaço. O território deixa de ser monopólio do Estado, a geografia se converte em um aporte para marcar e demarcar a terra e grafá-la para ser apropriada material e simbolicamente pelos grupos subalternos – dimensões indissociáveis. Por isso, o território não é um fato dado de antemão, e sim o resultado de uma luta de intensidades diferentes pela apropriação de um determinado espaço entre distintos atores, sendo redefinido de forma contínua.

Parece fundamental a reapropriação crítica do conceito de território por parte dos movimentos sociais, assim como a estratégia de “Mapeamento” de seus territórios para se apropriarem deles visando a disputa frente às múltiplas violações. A partir desse olhar da geografia crítica, entendemos que o exercício do Mapeamento comunitário pode ser uma ferramenta de luta e de transformação social, da perspectiva de gerar poder desde os sujeitos políticos que estão enfrentando a territorialização do capital em seus espaços de vida. Como forma de forjar imaginários coletivos e individuais de legitimidade da apropriação do território frente ao Estado e às empresas, como forma de estimular processos de (re)conhecimento do próprio território por parte das gerações mais jovens em diálogo com as pessoas mais velhas, conhecedoras dele, em um contexto de descamponeização.

Destruir a hierarquia de saberes entre pessoas com diploma em geografia e as comunidades que fazem o território é fundamental. O formato final da cartografia resultante dependerá de sua finalidade: processos de Mapeamento nos quais não haja nenhuma cartografia, mapas mentais, mapas diagramados, produções artísticas, planos de vida de contraordenamento territorial, mapas cartesianos com todos os requisitos legais, etc. Dependerá da escala da reivindicação e da necessidade organizativa. Porém, nunca devemos nos esquecer de que a Geografia sempre é uma arma para a guerra. Lacoste nos lembra de que, com as melhores intenções, pode-se estar dando a informação mais apreciada pelo inimigo. Há risco de que, concebendo-se o Mapeamento como fim e não como meio, estejamos dando uma forte contribuição às estratégias de ordenamento do Estado e das empresas capitalistas. Além disso, o próprio Mapeamento comunitário tem sido uma das ferramentas mais usadas por encarregados de relações comunitárias de empresas petrolíferas, funcionários de ministérios interessados em destruir territorialidades indígenas, ONGs conservacionistas ou capitalistas que buscam implementar plantações de árvores, para dar apenas

alguns dos exemplos mais conhecidos. A geografia crítica será uma contribuição, desde que vise à disputa pelo território entre distintos sujeitos políticos e opte por colocar suas ferramentas a serviço da apropriação territorial dos povos despojados. A partir desta ótica, o Mapeamento comunitário pode ser uma das táticas a usar.

**Manuela Silveira e Manuel Bayón**, geografiacriticaecuador@gmail.com
Coletivo de Geografia Crítica do Equador

O artigo original completo está disponível em https://geografiacriticaecuador.org/2016/04/10/Mapeamento-comunitário-geo-grafiando-para-la-resistência/

Algumas obras fundamentais da geografia crítica nas quais este texto se baseia:

LACOSTE, Yves (1990 [1976]). La geografía: un arma para la guerra. Barcelona: Editorial Anagrama.
SANTOS, Milton (1978). Por una Geografía nueva. São Paulo: Hucitec/EdUSP. https://geografiacriticaecuador.files.wordpress.com/2013/01/santos-por-una-geografc3ada-nueva-completo.pdf
PORTO GONÇALVES, Carlos Walter (2003). Geografando nos varadouros do mundo. Brasília: IBAMA.
HAESBAERT, Rogério (2008) “Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade”. In: HEIDRICH, Álvaro [et al.] (org). A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço. Canoas/Porto Alegre: Ed. ULBRA/EdUFGRS.